

A Identidade entre a Cultura Histórica e a Cultura Historiográfica: implicações, problemas e desafios para a historiografia.

Fabício Gomes Alves*

Introdução

Uma das contribuições mais importantes de Michel de Certeau para a teoria da historiografia foi, sem dúvida, o deslocamento de olhar operado em torno da pesquisa e escrita da história. Ao apontar os condicionantes ou determinações que imprimem verdadeiras marcas na elaboração do discurso historiográfico, Certeau chama atenção não para aquilo que obtemos como o resultado final de uma pesquisa historiográfica, mas sim para os mecanismos de fabricação que compõe essa mesma pesquisa. Assim, para desvendar os silêncios que regulam as práticas discursivas dos historiadores, seu interesse desviasse do produto da historiografia para o processo produtivo dessa mesma (CERTEAU, 2007. p. 66-77).

Diante disso, torna-se coerente apontarmos, antes mesmo de discorrermos sobre o tema propriamente dito, alguns dos condicionantes que contribuíram para que escolhêssemos dissertar sobre o tema proposto nesse grupo de trabalho nomeado *Cultura e Identidade: perspectivas e desafios no campo da história*.

Desde já, é importante ressaltarmos que grande parte dessas reflexões que giram em torno da tríade *Identidade, Cultura Histórica e Cultura Historiográfica*, é fruto dos resultados parciais obtidos durante o primeiro semestre da pesquisa que desenvolvo no PPGH-UFPB (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba). O programa, que está estruturado na área de concentração *História e Cultura Histórica*, com linhas de pesquisa em *História Regional e Ensino de História e Saberes Históricos*, tem nos propiciado um alargamento de horizontes acerca da cultura historiográfica e da identidade, objetos centrais de nossa preocupação.

Esperamos, assim, a partir do lugar social aonde nos situamos e dos interesses que temos em relação à temática, contribuir da melhor forma possível para o encontro e para os debates em torno da Cultura e Identidade, propostas pelo grupo de trabalho no qual estou inserido.

* Aluno de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba.

Identidade, Cultura Histórica e Cultura Historiográfica

As questões que estão cercadas pela tríade identidade, cultura histórica e cultura historiográfica são, na contemporaneidade, de natureza profunda e, acima de tudo, complexa. Tomadas em si mesmos, cada um desses termos já expressam níveis de articulações teóricas ou conceituais que permitem observar os fenômenos sociais sob os mais diferentes aspectos. Cada um deles são, assim, verdadeiras *constelações conceituais*¹, pois, constituem espécies de eixos que articulam, em diferentes graus de aproximação, uma série de conceitos que lhe são correlatos. Diante disso, faz-se necessário, inicialmente, situarmos e caracterizarmos alguns dos elementos que compõe e explicam, simultaneamente, a emergência dessa tríade na história da historiografia.

Reinhart Koselleck, ao discutir os limites e interinfluências existentes entre os domínios da História dos Conceitos e História Social, oferece-nos importantes orientações para uma melhor compreensão da procedência de conceitos ou vocábulos. Para esse historiador alemão, o pesquisador que se dedica ao estudo dos conceitos deve nutrir preocupações que ultrapassem os universos da análise semântica ou lingüística, estabelecendo, também, como meta nas suas observações, a análise da estrutura da sociedade. A situação política e social onde emerge uma maneira de pensar ou escrever, as orientações que determinado grupo, instituição, corporação ou nação alimentam sobre o presente, passado ou futuro, os conflitos políticos e sociais em torno das batalhas semânticas que tem por objetivo ordenar e classificar os conceitos (KOSELLECK, 2006: 100-103). Atentar para todos esses elementos, como veremos, é fundamental para entendermos a força que os conceitos de cultura e identidade adquiriram durante a segunda metade do século XX.

Dessa forma, historicizando, brevemente, algumas das orientações e direções forjadas no ocidente em torno dos termos cultura/ identidade, torna-se possível situar não apenas as variações de sentido que essas noções tiveram ao longo do tempo, mais também demarcar e caracterizar alguns dos processos históricos que impulsionaram essas transformações no âmbito das idéias. Desde já, gostaríamos de esclarecer que as nossas pretensões acerca da historicização desses

¹ cf. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A Cultura Histórica em Representações sobre Territorialidades. in: *Saeculum – Revista de História*, ano 13, n°. 16. João Pessoa: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ UFPB, jan./ jun. 2007. p. 33-46. Nesse texto, a autora apresenta os conceitos de representações, territorialidades e cultura histórica como constelações conceituais. Ela considera esse termo como um campo de conhecimento, nucleado por um eixo central, ao qual se articulam uma série de outros conceitos correlatos a aquele que é definido como o conceito cêntrico.

conceitos não objetivam, de forma alguma, esgotar ou mesmo aprofundar as inúmeras representações, que variam no tempo e no espaço, produzidas a respeito da cultura e da identidade².

Assim, apoiando-se nas periodizações estabelecidas por Clifford Geertz e Ciro Flamarion Cardoso, dividiremos as acepções em torno da cultura e identidade em três períodos: o primeiro inicia-se, ainda, no século XIX e estende-se até a I guerra mundial; o segundo inicia-se, então, no primeiro quartel do século XX e estende-se até a II guerra mundial; o terceiro desenrola-se também ao longo do século XX, especificamente, depois da II guerra mundial³.

De uma forma geral, podemos dizer que o primeiro momento caracteriza-se por pensar a cultura como uma propriedade universal da vida social humana radicalmente distinta da natureza. Nessa conjuntura, marcada pelo processo histórico de expansão colonial, as diversas culturas eram divididas e classificadas a partir de critérios que prezavam pela separação e distanciamento das sociedades em relação à natureza. Alimentadas por correntes como o evolucionismo e atrelado as idéias de linearidade, progresso, razão e luz, as representações sobre a cultura e identidade tenderam a criar estereótipos estáticos ao apresentar um abismo entre o homem branco, ocidental e civilizado e os povos primitivos, bárbaros e inferiores (GEERTZ, 2001: p. 217; CARDOSO, 2005: p. 368).

Já durante o segundo momento, marcado pela consolidação colonial e pelo crescimento do trabalho de campo em ilhas ou reservas, o conceito de cultura alargou-se, porém, manteve-se ainda encerrado em definições que entendiam as formações culturais como homogêneas, coesas e autônomas. Nutrida pelo funcionalismo e motivado pelo desejo de assegurar o domínio colonial, as representações acerca da cultura e identidade não enfatizavam os conflitos, a violência, a exploração e a dominação, advindas do encontro cultural. O contato cultural era, assim,

² Cardoso, ao discutir os conceitos de sociedade e cultura, afirma que este último termo é bastante polissêmico. Segundo ele, já em 1952 existiam 164 acepções diferentes sobre esse conceito. cf. CARDOSO, Ciro Flamarion. Sociedade e Cultura: conceitos complementares ou rivais? in: *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaio*. Bauru, SP: Edusc, 2005. p. 259. Uma interessante discussão terminológica acerca do termo cultura, ainda pode ser vista em: EAGLETON, Terry. Versões de Cultura. in: *A idéia de cultura*. São Paulo: UNESP, 2005. p. 9-50.

³ É importante ressaltarmos, que essa periodização em torno das diversas acepções do termo cultura foi recortada, a partir das obras dos dois autores, tomando como base a historicização da Antropologia enquanto disciplina científica. Mesmo sendo um recorte restrito em relação ao termo, serve perfeitamente as pretensões que temos nesse artigo. Assim, essas acepções podem ser encontradas nas seguintes obras dos autores: GEERTZ, Clifford. O mundo em pedaços: Cultura e política no fim do século. in: *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 217-219. Ver também: CARDOSO, Ciro Flamarion. op. cit., nota 2, p. 368.

amenizado e tanto a cultura quanto a identidade eram vistas como conceitos homogêneos e harmônicos (GEERTZ, 2001: p. 217; CARDOSO, 2005: p. 368).

Por fim, o terceiro momento, assinalado por processos históricos como a desintegração colonial, a expansão dos direitos civis, as rebeliões estudantis, o surgimento do movimento das mulheres e a globalização, caracteriza-se pelas alterações drásticas perante os conceitos de cultura e identidade (EAGLETON, 2005: p. 44). Nesse novo contexto, as formações culturais e sociais são compreendidas como heterogêneas, misturadas, variadas, porosa, dispersas e entrelaçadas. As idéias que sustentam a possibilidade de apreender os fenômenos culturais como totalidade ou consenso, pretendendo com isso oferecer uma definição absoluta, passam a ser consideradas insustentáveis e inviáveis. Como resultado, a integralidade das identidades culturais, base sólida da racionalidade moderna, torna-se algo cada vez mais distante e inatingível. A fragmentação e as especificidades da cultura e identidade emerge, assim, com bastante força e intensidade, proporcionando outra lógica, dinâmica e ordenação as identidades culturais (GEERTZ, 2001: p. 218).

Boaventura de Sousa Santos, ao discutir os aspectos que se referem à globalização, ajuda-nos a melhor compreender os motivos que colaboraram para que as noções de cultura histórica e cultura historiográfica emergissem no atual momento da historiografia⁴. Esse sociólogo caracteriza a globalização como fenômenos políticos, sociais, econômicos, demográficos, culturais e jurídicos que se manifestam e repercutem em escalas locais e globais. Nesse novo contexto, destacam-se as interações transnacionais e transfronteiriças que alteram dramaticamente os fenômenos de ordem econômica, política e cultural. A integração do sistema produtivo em escala global, o desenvolvimento de um mercado financeiro internacional, os conflitos que eclodem por conta dos deslocamentos territoriais em massa (turistas, refugiados, imigrantes, etc.), o desenvolvimento de meio de comunicação de massa e a cultura como mercadoria ou informação vazia; todos esses fatores geraram conflitos, tensões e contradições

⁴ Desde já é importante deixarmos claro que quando empregamos o termo historiografia estamos nos referindo a história enquanto disciplina, ou seja, como um conhecimento sobre o passado elaborado cientificamente. Essas discussões terminológicas em torno da polissemia ou anfibologia do termo história podem ser aprofundadas em: ARÓSTEGUI, Julio. Teoria, História e Historiografia. in: *A pesquisa em história: teoria e método*. Bauru, SP: Edusc, 2006. p. 23-93.

que problematizaram não apenas a idéia de Estado-nação típica da modernidade⁵, mas também puseram em questão a própria racionalidade moderna (SANTOS, 2002: p. 25-29).

A crise do paradigma científico, fruto desses processos históricos, possibilitou o surgimento de uma noção pós-moderna⁶ de cultura e identidade que, por sua vez, passou a rivalizar com as noções que a modernidade desenvolvera acerca desses conceitos (EAGLETON, 2005: p. 42). De uma forma geral, podemos dizer que as críticas a racionalidade moderna trouxeram como consequência fissuras epistemológicas que, de forma específica, repercutiram no conjunto das ciências, sejam elas exatas ou sociais. A historiografia viu-se, assim, diante daquilo que ficou conhecido como a crise da razão histórica, uma crise que abalou, sobretudo, os seus fundamentos. Dessa forma, é nesse contexto, de processos históricos conturbados e desenvolvimento de paradigmas epistemológicos emergentes, que se situa, na história da historiografia, as problemáticas em torno do entrecruzamento da identidade, da cultura histórica e da cultura historiográfica.

Cultura Histórica e Cultura Historiográfica: tentativa(s) de delimitação(es)

A complexidade e a amplitude dos conceitos correlatos, bem como a consideração dos processos históricos que se relacionam aos termos de cultura histórica e cultura historiográfica, faz com que qualquer tentativa de definição acerca de ambas as noções torne-se difícil. Todavia, todos esses obstáculos, não se transformaram em impedimentos para alguns historiadores que, através de esforços objetivando a sistematização, tentaram avizinhar-se daquilo que nomeamos como cultura histórica. O prof. Elio Chaves Flores, por exemplo, em um texto intitulado *Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica*, procura nos aproximar do significado desse conceito quando afirma que

⁵ cf. GEERTZ, Clifford. op. cit., nota 3, p. 201-202. O autor considera a descolonização da África e da Ásia um acontecimento de proporções inegaláveis, ainda mal interpretado pelos historiadores e cientistas sociais, que insistem em compreendê-lo como um fenômeno social análogo aos movimentos nacionalista europeus ou latino americano, ocorridos, respectivamente, no século XVII e XIX. Para esse antropólogo, a “revolução descolonizadora” foi além disso, pois questionou, ao invés de reforçar, os modelos de cultura e Estado-nação. Esse acontecimento marcaria, assim, a decadência da idéia de potências homogêneas e compactas e a emergência de um padrão pluralista, dispersivo, descentrado e complexo.

⁶ Os movimentos e deslocamentos epistemológicos em torno da emergência de uma ciência pós-moderna ou paradigma emergente podem ser vistos em: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 8º ed. Porto: Afrontamentos, 1996.

Entendo por cultura histórica os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico. Trata-se da intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de uma saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais (FLORES, 2007: p. 95).

Através dessa passagem, percebemos o quanto, nessa nova conjuntura que emerge após a segunda guerra mundial, os historiadores ampliam as representações em torno do passado para agentes e meios que estão para além da disciplina historiográfica e de um saber histórico escolar (FLORES, 2007: p. 85). Assim, enquanto nos séculos XIX e primeira metade do XX, período em que a racionalidade moderna exerceu plena hegemonia, os historiadores eram considerados como únicos agentes autorizados a discursarem acerca das representações do passado em torno da cultura, identidade e cidadania, na segunda metade do século XX, da mesma forma que no início do século XXI, eles se vêem desprovidos do monopólio de produção e difusão de uma cultura histórica, tendo que atuar interativamente com outros agentes⁷.

A professora Rosa Maria Godoy Silveira, ao discutir os aspectos que cercam as representações, as territorialidades e a cultura histórica, sugere-nos uma série de acepções que nos ajudam a compreender, nessa fase atual de desenvolvimento do paradigma pós-moderno, a complexa noção de cultura. Segundo ela, a cultura se faz, à medida que

inclui sistemas adaptativos, cognitivos e simbólicos; implica na produção de artefatos materiais e simbólicos; envolve múltiplos agentes; abrange a produção, circulação, transmissão e recepção dos saberes e fazeres humanos; requer processos socializadores para a transmissão das tradições e as elaborações criativas. Em síntese: é o conjunto das experiências vividas pela Humanidade e os sentidos que os seres humanos dão ao mundo (SILVEIRA, 1997: p. 42).

⁷ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. op. cit., nota 1, p. 42. A definição exposta pela autora acerca do termo cultura histórica assemelha-se bastante as considerações expostas por Elio Chaves Flores. Ela considera a noção de cultura histórica como o conjunto de representações ou interpretações sobre o processo histórico. Este se bifurca em um duplo sentido. Um mais genérico, que se associa a história processo, e um mais específico, que se associa aos historiadores profissionais (cultura historiográfica).

Todos esses elementos, não apenas auxiliam-nos a circunscrever os aspectos relevantes que compõe o termo cultura, mas também permite-nos, na medida em que associa produção simbólica e produção material, demarcar uma outra característica fundamental no conceito de cultura histórica, pois, correlacionam os bens culturais materiais e simbólicos a economia política. Dessa forma, nessa fase de capitalismo tardio, a cultura, cada vez mais, passa a ser considerada como produtos culturais; verdadeiras mercadorias que, como quaisquer outras, estão sujeitas à produção, circulação e consumo⁸ (FLORES, 1997: p. 84-94).

As Identidades Coletivas no Entrecruzamento entre Cultura Histórica e Cultura Historiográfica

Feitas às devidas considerações acerca dos processos históricos que situam as mudanças na noção de cultura e, apresentado um panorama daquilo que se entende por cultura histórica e cultura historiográfica, adentraremos, nesse momento da exposição, no cêntrico da problemática, a saber, nas questões que giram em torno das relações entre identidade, cultura histórica e cultura historiográfica. No ponto anterior, quando tentamos sintetizar, brevemente, o que se entende por cultura histórica, pudemos perceber o quanto esse conceito, na medida em que amplia as representações sobre o passado para horizontes que estão além da historiografia, possibilita debates fecundos em torno da identidade.

A já citada professora Rosa Godoy, ao discutir os aspectos que compõem as idéias de representação e territorialidade, permite-nos aprofundar ainda mais essa contenda quando, expondo os pensamentos de Deleuze e Guattari, aborda alguns elementos relevantes acerca da identidade. As críticas aos conceitos de representação, entendido como reflexo e unificador, e não como reflexivo e heterogêneo, as ponderações a respeito da multiplicidade e multiculturalismo, a negação de qualquer tentativa de definição apriorística, inscrita sob a forma de modelos ou sentido da história, que pretenda transcender o real (SILVEIRA, 1997: p.35).

⁸ É, justamente, essa atenção em torno das correlações entre a produção cultural simbólica e a produção material, que faz com que a cultura histórica se construa a partir de uma perspectiva crítica em relação à história cultural. Ambas as perspectivas estão interessadas em investigar as articulações que cercam os processo histórico, a produção, a transmissão e a recepção do conhecimento histórico. No entanto, a história cultural preocupa-se apenas em descrever minuciosamente essas articulações, não se propondo a explicar, nem tampouco relacionar, essas articulações com a economia política. cf. FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica. in: *Saeculum – Revista de História*, ano 13, nº. 16. João Pessoa: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ UFPB, jan./ jun. 2007. p. 84.

O conjunto de observações, descritas acima, atenta-nos para o fato de que a(s) identidade(s) coletiva(s) não deve ser compreendida como algo estático, homogêneos e atemporal. Ao contrário, elas devem ser pensadas como portadoras de tempo, espaço e movimento, pois, variam em torno de fluxos de desterritorialização (movimento de deslocamento das identidades culturais), territorialização (movimento de delimitação de novos espaços, representações, identidades culturais) e territorialidade (os espaços, representações e identidades coletivas delimitadas). Toda essa dinâmica tecida ao redor das identidades possibilita a construção do ser, do mundo e da sociedade, configurando, ainda, uma determinada cultura histórica e/ ou uma dada cultura historiográfica⁹.

Finalmente, tomando as interessantes reflexões de Astor Antônio Diehl como “norte”, gostaríamos de aprofundar as questões em torno da tríade identidade, cultura histórica e cultura historiográfica. Diehl, ao discutir as mudanças paradigmáticas que geraram a crítica e posterior afastamento das explicações estruturais, aponta para a derrocada das grandes narrativas que “cede lugar à consciência de viver numa época multicultural e de interesses pluriorientados” (DIEHL, 2002: p. 13-14). Nesse novo contexto, caracterizado pela exposição total das ruínas resultantes do processo de modernização, os modelos conceituais enfraquecem-se em detrimento da memória. Enquanto fonte, esta última, seja sob a forma de memória individual ou coletiva, permite múltiplas leituras sobre o passado, alargando e complexificando, dessa forma, os horizontes em torno da tríade em questão (DIEHL, 2002: p. 14-16).

De certa forma, Joana Neves não deixa de chamar atenção para esse deslocamento quando, em texto intitulado *Participação da Comunidade, Ensino de História e Cultura Histórica*, define cultura histórica como “a identidade social de uma dada sociedade”, parte concreta de uma sociedade mais ampla, construída a partir de um conhecimento histórico que associa o autoconhecimento da comunidade a uma visão crítica do processo histórico. Neves, que coloca como imprescindível para a efetivação da cidadania a construção de uma cultura histórica alicerçada nesses princípios, destaca o papel que o ensino de história tem, ao lado da comunidade, nesse processo. No entanto, a autora problematiza bastante essa questão ao afirmar

⁹ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. op. cit., nota 1, p. 40. Segundo a autora, não existe cultura histórica, seja como símbolo ou domínio, desterritorializada. Ao contrário, o que existe é uma “dinâmica de reciprocidade” que configura, simultaneamente, uma cultura histórica e uma territorialidade, ou seja, um tempo e um espaço. Alguns apontamentos interessantes sobre os fluxos de desterritorialização, territorialização e territorialidade na cultura historiográfica podem ser vistos em: ARRUDA, José Jobson de Andrade. Cultura Histórica: territórios e temporalidades historiográficas. in: *Saeculum – Revista de História*, ano 13, n.º. 16. João Pessoa: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ UFPB, jan./ jun. 2007. p. 25.

que a cultura historiográfica, ou mesmo a cultura histórica escolar, muitas vezes disputam com a memória coletiva as representações sobre o passado (NEVES, 2000/ 2001: p. 35-47). Diante desse confronto, eis a pergunta capital: a prioridade acerca das construções em torno das representações, devem ser dadas à história científica ou ao senso comum da memória coletiva?

Questão aparentemente simples, mais que traz em seu bojo uma problemática complexa que gira em torno da redefinição da racionalidade. Nesse ponto, as fendas que separam o paradigma de ciência moderna e ciência pós-moderna, parecem guardar duas proposições diferentes acerca da mesma indagação. De um lado, a crítica a “racionalidade etnocêntrica” e a aposta na “racionalidade consciente”, que se associa ao fato histórico comprovável e a história científica, capaz de diferenciar o real da ficção (FLORES, 1997: p. 100). Do outro lado, as críticas e o rompimento com a exclusividade das verdades científicas e a aposta na hermenêutica, que prioriza as interpretações e a experiência em detrimento da abstração e das explicações (DIEHL, 2002: p. 14). A questão, longe de ser esgotada, continua ainda em aberto e nos conduz as difíceis e entrecruzadas questões que giram em torno da memória e da identidade.

Referencias Bibliográficas

ARÓSTEGUI, Julio. Teoria, História e Historiografia. in: *A pesquisa em história: teoria e método*. Bauru, SP: Edusc, 2006. p. 23-93.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Cultura Histórica: territórios e temporalidades historiográficas. in: *Saeculum – Revista de História*, ano 13, n°. 16. João Pessoa: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ UFPB, jan./ jun. 2007. p. 25-31.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Sociedade e Cultura: conceitos complementares ou rivais? in: *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaio*. Bauru, SP: Edusc, 2005. p. 255-272.

CERTEAU, Michel de. Operação Historiográfica. in: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 65-119.

DIEHL, Astor Antônio. Introdução. in: *Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, SP: Edusc, 2002. p. 13-20.

EAGLETON, Terry. Versões de Cultura. in: *A idéia de cultura*. São Paulo: UNESP, 2005. p. 9-50.

EAGLETON, Terry. A ascensão e queda da teoria. In: *Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 43-65.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica. in: *Saeculum – Revista de História*, ano 13, n°. 16. João Pessoa: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ UFPB, jan./ jun. 2007. p. 83-102.

GEERTZ, Clifford. O mundo em pedaços: Cultura e política no fim do século. in: *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 191-228.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 97-114.

NEVES, Joana. Participação da Comunidade, Ensino de História e Cultura Histórica. in: *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa: Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, n° 6/ 7, 2000/ 2001, p. 35-47. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum06-07_art03_neves.pdf.

SANTOS. Boaventura de Sousa (Org.). Os Processos da Globalização. in: *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-101.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 8º ed. Porto: Afrontamentos, 1996.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A Cultura Histórica em Representações sobre Territorialidades. in: *Saeculum – Revista de História*, ano 13, nº. 16. João Pessoa: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ UFPB, jan./ jun. 2007. p. 33-46.